

**Desventuras do
marxismo tradicional**

Mário Duayer
Professor Aposentado da
Universidade Federal Fluminense

Paulo Henrique F. de Araujo
Professor Associado da Faculdade de
Economia da Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir as categorias marxianas de mercadoria, valor de uso, valor, valor de troca e fetiche da mercadoria presentes na interpretação oferecida por David Harvey do pensamento de Karl Marx. Em seguida, aborda o debate que esta interpretação suscitou com Michael Roberts a respeito da dinâmica do modo de produção capitalista ontem e hoje.

Palavras-chave: 1. Karl Marx; 2. Valor; 3. Mercadoria

Abstract: This article aims to discuss the Marxian categories of commodity, use value, value, exchange value and fetish of the commodity present in David Harvey's interpretation of Karl Marx's ideas. Then, it addresses the debate that this interpretation raised with Michael Roberts regarding the dynamics of the capitalist mode of production yesterday and today.

Keywords: 1. Karl Marx; 2. Value; 3. Commodity

Não há dúvidas de que o debate entre David Harvey e Michael Roberts toca em questões relevantes para a tradição marxista. A nosso ver, não obstante as divergências que motivaram o debate, a análise dos autores deixa patente a sua total convergência em um ponto fundamental: para a tradição marxista, ou para a crítica marxista, o importante seria desvendar os principais determinantes das crises do capitalismo e, nessa medida, ser capaz não só de antecipá-la, mas, sobretudo, descobrir o(s) sujeito(s) que, diante das oportunidades abertas pela crise, está(ão) em posição e condições de assumir(em) o papel de sujeito(s) revolucionário(s). Nessa apreciação crítica da discussão entre os renomados autores marxistas, pretendemos mostrar, por um lado, como a preocupação em identificar um sujeito revolucionário orienta a sua análise e sempre termina por se reduzir ao problema da distribuição da riqueza; e, por outro, como tal abordagem não permite apreender a natureza historicamente específica do trabalho no capitalismo e, por conseguinte, o modo de produção próprio do capital.

Em consequência, a controvérsia entre os autores não tem como vislumbrar uma emancipação da formação social capita-

lista, pois os sujeitos da emancipação presumivelmente identificados jamais poderão imaginar um mundo em que o trabalho não seja prática constituinte e constitutiva da sociedade – enfim um mundo sem a centralidade do trabalho. Além disso, em seu nível mais crucial, as interpretações dos autores desconsideram que a dominação social do capital é abstrata, impessoal, e que tal abstração é o momento explicativo (por possuir prioridade ontológica) das formas de dominação pessoal ou direta. Naturalmente, é uma impossibilidade a existência de dominação abstrata sem exploração. Não obstante, a produção de valor e mais-valor não existe sem a produção de formas fetichizadas, alienadas, reificadas¹. Como nos lembra Marx: produzir mercadorias é produzir fetiche.²

David Harvey

Harvey apresenta uma compreensão peculiar sobre as categorias marxianas de mercadoria, valor de uso, valor, valor de troca e fetiche da mercadoria. Tal compreensão, todavia, é o arrimo de sua peculiar interpretação do pensamento do Marx maduro. Por isso, para abordar o seu debate com Roberts, iniciaremos expondo como ele captura as categorias marxianas

¹ “Se na teoria o conceito de valor precede o de capital, mas, por outro lado, subentende um modo de produção fundado no capital para seu desenvolvimento puro, o mesmo sucede na prática. [...] A existência do valor em sua pureza e universalidade pressupõe um modo de produção em que o produto singular em geral deixou de ser produto enquanto tal para o produtor e mais ainda para o trabalhador individual, e não é nada sem a realização na circulação. (...) Essa própria determinação do valor tem como seu pressuposto, portanto, um estágio histórico dado do modo de produção social, sendo ela própria uma relação dada com o modo de produção, logo, uma relação histórica”. (MARX, 2011, p. 194)

² “A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. (MARX, 2017, p. 148)

para, na sequência, esboçar seu constructo teórico sobre o pensamento de Marx e sobre a dinâmica do modo de produção capitalista. Em seguida, apresentaremos, de forma sintética, a crítica de Roberts e apresentamos a nossa compreensão do referido conjunto categorial marxiano.

Se em *A Companion to Marx's Capital*, Harvey afirma que a mercadoria tem valor de uso, valor e valor de troca (HARVEY, 2013, p. 22) e que valor é o tempo de trabalho socialmente necessário (Ibid., p. 39) (confundindo substância com quantidade do valor), no pequeno artigo *A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho* (Ibid., 2020) e na réplica a Michael Roberts (Ibid., 2019) ele procura esclarecer melhor o seu ponto (ou volta atrás em seu argumento?). Em sua réplica afirma que “valor é sempre criado no ato de produção. Mas é realizado no momento da troca mercantil”. Harvey sustenta que essa apreensão do valor é forma de pensar o valor “nos termos do que Marx chama de ‘a unidade contraditória de produção e realização’”. Seu ponto gira em torno da ideia (correta) de que o valor criado na produção só será realizado quando da venda da mercadoria. Afinal, o valor, categoria que expressa uma relação social e, portanto, só pode ser mensurado pela quantidade média de tempo de trabalho socialmente necessário gasto na fabricação da mercadoria, surge na produção como um valor potencial (*dynamei*). Todavia, como sabemos, o potencial (*dynamei*) é sempre de ser ou de não ser. De maneira que somente na venda o valor potencial realiza-se enquanto potencial de ser. Caso a mercadoria não encontre comprador, seu valor em potência não se realiza, transformando-se, segundo Harvey, em não-valor ou anti-valor.

A incompreensão dessas determinações do ser social, sob a lógica societária do capital, leva Harvey a afirmar (explicitamente em seu livro *A Companion to Marx's Capital* e implicitamente no artigo inicial aqui analisado) que a mercadoria tem valor de uso e de troca, e que o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário que só surge no mercado. Tal apreensão

da categoria mercadoria e do valor é o que prepara a entrada em sua cena analítica dos quereres, gostos, desejos e capacidade de pagamento dos consumidores. Não é por outro motivo que o dinheiro surge como a coisa que “facilita e lubrifica as relações de troca de maneiras eficientes ao mesmo tempo que fornece um veículo conveniente para armazenar valor” (Ibid., 2020). E na sua circulação como capital, o dinheiro, como material da representação do valor, atua como uma forma-valor que é norma regulatória do metabolismo social. O arremate de Harvey é que “valor não pode existir sem sua representação”: o dinheiro.³ Aqui é preciso destacar que o autor parece confundir a lógica categorial, tal como exposta por Marx, com a forma como as categorias operam no mundo do capital. Formulando de outro modo: Marx, na Seção I de *O capital*, apresenta a célula constitutiva da tessitura da sociedade do capital, “a forma econômica celular” (MARX, 2017, p. 78): a mercadoria. Ele toma a mercadoria como forma aparential da riqueza da sociedade do capital e, por essa razão, pressupõe a existência do dinheiro, do mais-valor, do Estado, das classes sociais etc., ainda que não as trate diretamente (nem deva fazê-lo) nesta Seção. Essas categorias, a rigor, irão sendo desdobradas na sequência da análise.

O Estado, por exemplo, comparece no momento em que Marx trata da categoria de moeda, ainda na Seção I de *O capital*. E isso só ocorre após a exposição da gênese lógica do dinheiro nessa mesma seção. O mais-valor e as classes, por sua vez, são apresentados na Seção II etc. Em suma, valor e dinheiro, no mundo do capital, só existem simultaneamente. Entretanto, tomando a questão ontologicamente, o valor tem prioridade ontológica em relação ao dinheiro. O que não significa que seja mais ou menos importante que o dinheiro, apenas que não é possível a existência do dinheiro como categoria que

³ Comentário bem curioso, diga-se, pois como poderia uma relação social objetiva existir sem ser representada de alguma forma pelos sujeitos que a reproduzem em sua prática.

realiza toda a sua potencialidade sem a preexistência do valor como forma de mediação social.

Visto que a circulação de capital pressupõe a compra e venda da mercadoria força de trabalho, Harvey conclui que a circulação do capital só pode prosseguir no caso da existência de demanda solvável. Pondo toda ênfase de sua exposição no que para ele seria a tendência geral da acumulação capitalista, a saber, produzir pauperismo absoluto, ele explica as crises cíclicas da economia capitalista a partir do subconsumo dos trabalhadores. Em termos da atual ciência econômica, nesse caso as crises consistem em um problema de insuficiência de demanda efetiva. Problema esse que supostamente poderia ser resolvido pelo manejo consciente da demanda agregada, solução que, aliás, propõem o economista e ideólogo do capital, Keynes, e seus seguidores. Naturalmente, Harvey busca se descolar dessas companhias e observa que Marx se interessa por revolucionar a sociedade capitalista, o que exige o revolucionamento da forma-valor capitalista. Nesse sentido, ele sustenta que Marx propõe “a construção de uma estrutura de valor alternativa, um sistema-valor alternativo que não tenha o caráter específico daquele a que se chegou no capitalismo” (HARVEY, 2010, p. 46). E complementa, pregando aos revolucionários que a tarefa, conforme deduz a partir de sua interpretação de Marx, “é encontrar uma forma-valor alternativa que funcionará [*will work*] em termos de uma reprodução social da sociedade numa imagem diferente” (Ibid., p. 46).⁴ Tudo isso ocorreria sem a

⁴ Harvey (2014) retoma e aprofunda essa compreensão no capítulo 2 de *Para entender o capital – Livros II e III*. Vide em particular as seguintes passagens: “Se a especificidade do capital reside na relação de classes na produção – relação que facilita a criação de mais-valor –, sua generalidade reside no processo de circulação do capital industrial que é constituído como uma unidade dos ciclos do capital monetário, do capital de produção e do capital-mercadoria” (HARVEY, 2014, p. 89).

“Se no final do processo, o comunismo precisa abolir a relação de classe entre capital e trabalho, ele não tem necessariamente de abolir o dinheiro (ou seu equivalente), ou o intercâmbio de bens e serviços. Assim como o

abolição do dinheiro e com a instauração de outra forma-valor que seja norma regulatória da sociedade emancipada.

Antes de tratarmos das críticas de Roberts, registramos a surpreendente proximidade do argumento apresentado por Harvey (2020) em algumas passagens com a interpretação do pensamento de Marx elaborada por Postone (2014). Em primeiro lugar, destacamos o tratamento dado por Harvey à relação entre valor produzido por cada capitalista em sua empresa (valor em potência) e o valor como relação social mensurada pelo tempo social médio gasto na fabricação da mercadoria e que sofre o impacto direto do aumento da produtividade média social. Esse aumento reduz tendencialmente o tempo médio de trabalho gasto na produção das mercadorias, implicando economia de tempo de trabalho. Harvey enfatiza que a “relação contraditória entre valor definido no mercado e valor reconstruído por transformações no processo de trabalho é central para o pensamento de Marx”. Mais adiante afirma que “a relação interna entre a busca do mais-valor relativo (através de inovações tecnológicas e organizacionais) e os valores de mercado [estão] no centro da teoria de valor de Marx”.

No último parágrafo do artigo, Harvey (2020) nota que:

“A forma valor de Marx (...) não pode ser compreendida como um fulcro imóvel e estável no mundo turbulento do capital. Trata-se de uma métrica instável e em constante mu-

capital antes dele, ele teria de encontrar modos de reestruturar todos esses processos cíclicos de forma a sustentar o trabalho associado, em vez de sustentar as relações de classe do capital” (HARVEY, 2014, p. 91). Como podemos constatar a crítica de Harvey toma o capital como determinado por relação entre classes sociais, sem atentar que é justo o oposto. O valor como forma mediadora e momento fundante do capital (valor em expansão) instaura um tipo específico de sociabilidade que inclui as formas de classes sociais. Ou seja, o valor é auto-estruturante. Modela a objetividade (e a subjetividade) necessária à sua permanente reprodutibilidade. Portanto a relação causal é do valor/capital para as classes sociais e não o inverso. A esse respeito vide Postone (2014) e Araujo (2016b e 2018c).

tação, que é empurrada para lá e para cá pela anarquia das trocas mercantis, por transformações revolucionárias nas tecnologias e formas organizacionais, pelas diferentes práticas de reprodução social em curso e em função de grandes transformações nas vontades, necessidades e desejos de populações inteiras, expressas pelas culturas da vida cotidiana.”

Embora Harvey não faça referência à obra de Postone, parece inegável a semelhança entre sua abordagem e a reinterpretação do pensamento de Marx proposta por Postone em seu livro *Tempo, Trabalho e Dominação Social* (2014).⁵ Nele Postone destaca a dinâmica imanente da sociedade do capital fundada nos dois momentos do trabalho no capitalismo – atividade produtiva (e a produtividade social constantemente redeterminada pela extração de mais-valor relativo) e atividade socialmente mediadora – e que se desdobra no fato de que o tempo abstrato (variável independente e ineliminável para a determinação da grandeza do valor).⁶

“não é só socialmente constituído como forma qualitativamente determinada de tempo, como também é constituído qualitativamente: o que constitui uma hora de trabalho social é determinado pelo nível geral de produtividade, a dimensão do valor de uso. No entanto, apesar de ser redeterminada, a hora de trabalho social permanece constante como unidade do tempo abstrato.

(...) as duas dimensões da forma-mercadoria interagem. (...) Ou seja, a constante temporal abstrata que determina o valor é ela própria determinada pela dimensão do valor de uso, o nível de produtividade. (...) [E] o nível de produtividade, a dimensão do valor de uso, é também determinada pela dimensão do valor (como novo nível básico)” (POSTONE, 2014, p. 332-333).

⁵ Ver a esse respeito, em particular, o capítulo 8, “Dialética do Trabalho e do Tempo”, em Postone (2014).

⁶ O tempo concreto, explica Postone (2014, p. 233), é variável dependente, ou ainda, é uma função de algum evento como ciclos naturais ou o período de vida humana ou de tarefas particulares ou processos como o tempo para cozinhar um alimento.

Postone conclui seu argumento explicando que o processo de redeterminação recíproca das duas dimensões do trabalho determinado por mercadoria opera para a sociedade do capital como um todo e constitui o âmago da dinâmica dialética da sociedade do capital. Essa dinâmica dialética tem por especificidade o efeito esteira (*treadmill effect*) e com ele há uma dialética de transformação e reconstituição na qual mudam os níveis gerais da produtividade (a partir da busca incessante da extração de mais-valor relativo) “e as determinações quantitativas de tempo de trabalho socialmente necessário, mas essas mudanças reconstituem o ponto de partida, isto é, a hora de trabalho social e o nível de produtividade” (Ibid., p. 333). Naturalmente, o efeito esteira instaura uma sociedade dinâmica, em que a busca por maiores níveis de produtividade é permanente e cada vez mais intensa.

Apesar do evidente paralelo entre alguns de seus argumentos e a reinterpretação de Postone, Harvey não compreende em toda sua extensão a dinâmica direcional produzida pela contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Além disso, e essa é a insuficiência crucial, não percebe que o valor, já na exposição lógica da Seção I de *O capital*, tem por função inicial e decisiva operar como o *medium* dos laços sociais indiretos. Enfim, ele não se dá conta que o valor surge imediatamente na exposição de Marx como forma de mediação social.

Michael Roberts

Michael Roberts inicia suas observações críticas ao artigo de Harvey notando que se é correto sustentar que o valor só é criado/revelado na troca (ou seja, no mercado), como quer Harvey, então se pode afirmar que se não há mercado não há valor. Assim interpretado, o argumento de Harvey subentende que o valor emerge quando da venda da mercadoria por uma soma de dinheiro, soma essa que realiza o valor da mercadoria. Em

suma, o valor emerge na circulação e não na produção. Como já vimos, em sua réplica Harvey defende que não é esse o seu entendimento. Declara explicitamente que o valor é produzido na produção e realizado na circulação. Ainda assim, como não opera com valor em potência a ser reconhecido como socialmente necessário, não resolve o imbróglio em que se meteu. Sem esquecer que, por não fazer tal diferenciação, confunde substância do valor com quantidade do valor e aprofunda suas dificuldades. O resultado necessário é a centralidade que o consumo adquire em sua teoria. Como as crises cíclicas capitalistas, para ele, são motivadas pelo subconsumo, toda a tarefa se resume a garantir a realização do consumo por parte dos trabalhadores.

Antes de se ocupar da crítica à hipótese do subconsumo de Harvey, Roberts trata de um aspecto crucial da teoria crítica do valor de Marx: a categoria de trabalho abstrato. Em primeiro lugar, sublinha que a diferença entre a teoria do valor de Ricardo e a de Marx, ao contrário do que postula Harvey, não tem por cerne uma teoria do valor trabalho em Ricardo e uma teoria do valor em Marx. Na verdade, Ricardo considera o trabalho concreto produtor de valores de uso e Marx captura o valor que tem por substância o trabalho abstrato. Dessa constatação, Roberts sustenta que a lei do valor de Marx é baseada no trabalho abstrato e este é “mensurado pelo tempo de trabalho quando testado ‘socialmente’ no mercado”. Prossegue recordando que no capitalismo a força de trabalho é uma mercadoria que, como qualquer outra⁷, tem que ser vendida no mercado. Além disso, a força de trabalho, como toda mercadoria, também possui dupla propriedade: ela é resultado de trabalho útil, resultado de trabalho humano em forma concreta direcionada para um fim específico, portanto, criador de valores de uso e, ao mesmo tempo, é constituída por trabalho abstrato.

A partir desse ponto, contudo, Roberts adere de vez ao que Postone chama de marxismo tradicional. Pois para ele trabalho

⁷ O que tem por pressuposto a existência de uma massa de trabalhadores que nada mais têm a vender, a não ser essa mercadoria – força de trabalho.

abstrato consiste no desgaste fisiológico da mercadoria força de trabalho no processo de trabalho criador de mercadorias. Ou ainda: “dispêndio de ‘força de trabalho’ humana desprovida de características específicas, que cria o valor da mercadoria na qual está representado”. Para Roberts, o importante é que assim Marx diferencia trabalho de força de trabalho. Sendo tal distinção “crucial para entender a fonte do lucro”. Com esse movimento, Roberts gira sua argumentação para a exploração da mercadoria força de trabalho. Situando-se no interior de uma tradição marxista para a qual a crítica de Marx é crítica à distribuição injusta do que foi produzido, ou ao fato do trabalhador, produtor de toda riqueza, não se apropriar da totalidade do que produziu. Em consequência de tal compreensão, Roberts pode postular que a diferença entre as teorias do valor de Marx e de Smith-Ricardo reside no fato de que, com o trabalho abstrato, Marx demonstra a natureza exploradora do modo de produção capitalista, justamente o que não conseguem fazer Smith e Ricardo. Roberts critica Harvey por mencionar uma única vez este aspecto e, ainda assim, com a intenção de reafirmar que o valor é o reflexo do trabalho congelado na mercadoria e, como valor é norma regulatória da economia, só pode existir no mercado. De modo que, sem dinheiro, para Harvey, nos diz Roberts, não há valor.

Roberts contra-argumenta retomando a lógica da exposição categorial da Seção I de *O capital* e explicando que valor não é uma criatura do dinheiro, mas o oposto: o dinheiro é a expressão do valor de troca do trabalho despendido na produção da mercadoria. E conclui com uma citação de Marx sobre dinheiro imaginário ou dinheiro ideal, de acordo com a qual o valor da mercadoria é expresso em preço antes dela ingressar na circulação, sendo pré-condição da circulação e não seu resultado. Em suma, Roberts sustenta que a lei do valor de Marx tem por base a compreensão de que o “trabalho envolvido na produção de mercadorias produz valor, enquanto a troca o realiza na forma-dinheiro”. Justamente o que, segundo ele, permite a Marx

distinguir entre os montantes produzidos de valor e mais-valor criados na produção de mercadorias e realizados no mercado.

Na sequência, Roberts volta sua atenção crítica para a defesa que Harvey faz de uma teoria do subconsumo como explicativa das crises industriais cíclicas capitalistas. Em resumo, Roberts demonstra, com base em Marx (Livro II de *O capital*) e em dados estatísticos, que a teoria de crises causadas por subconsumo não se sustenta. Em particular, porque como já argumentava Marx, e como demonstram os dados estatísticos recolhidos por ele, a fase que antecede a crise econômica é marcada pelo ponto mais alto da massa salarial dos trabalhadores. Não sendo possível sustentar, como faz Harvey, que a “contraditória relação entre produção e realização repousa no fato de que o valor depende da existência, no interior de uma população de consumidores, de vontades, necessidades e desejos cacifadas pela capacidade de pagar” (HARVEY, 2020).⁸ Segundo Roberts, ao proceder dessa maneira Harvey torna irrelevante a taxa de lucro ou o lucro para a explicação das crises, pois o que importa, no argumento de Harvey, é considerar a redução ao mínimo do valor da força de trabalho (ou até mesmo a zero). Esse caminho leva Harvey, ainda segundo Roberts, a tomar o valor de uso (necessidades e desejos) como chave explicativa e não o valor.

Na conclusão de sua crítica, Roberts (2019) salienta que na figuração teórica de Harvey a luta de classes na produção é de menor importância ou mesmo inexistente: “A luta de classes vem a ser não entre trabalhadores e capitalistas; mas entre consumidores e capitalistas ou contribuintes e governos”. Para Roberts, tal posição não apenas nada tem a ver com a visão de Marx, como é “confusa para a análise e estratégia de classe para a luta da classe trabalhadora”.

Em sua réplica, Harvey refuta tal acusação dizendo que a ênfase que ele dá à circulação (desejos, necessidades e capacidade de pagamento dos trabalhadores) não significa que ele

⁸ Para uma teoria pluricausal da crise econômica, ver Araujo (2014 e 2001).

“diminu[a], neg[ue] ou refut[e] todo o esforço que está sendo feito quanto ao processo de trabalho e a importância da luta de classes que tem ocorrido e continua a ocorrer na esfera da produção”. Todavia, ele argumenta que tais lutas devem ser relacionadas com as “lutas pela realização, distribuição (por exemplo, extrações de renda, execuções de dívidas hipotecárias), reprodução social, ao gerenciamento da relação metabólica com a natureza e às dádivas da cultura e da natureza”. E conclui sugerindo a necessidade da associação entre a compreensão tradicional da esquerda marxista, que tem a luta de classes como centro da análise, com os movimentos anticapitalistas recentes que operam, justamente, a partir das lutas pela realização, distribuição, reprodução social e ecológica, capturadas por ele com sua ênfase na circulação.

Valor como forma de mediação social

Uma vez expostas as posições de Harvey e as críticas de Roberts, é preciso apresentar algumas considerações críticas sobre ambos a partir de uma leitura alternativa da teoria do valor de Marx. Entendemos que no Livro I de *O capital* o par antitético (valor de uso e valor), constitutivo da mercadoria, e a própria mercadoria, possuem uma função na constituição da sociedade do capital. Mais ainda, a contradição fundamental, que põe toda a dinâmica da sociedade do capital é a contradição entre valor de uso e valor. A partir dela Marx deduz o valor de troca, o dinheiro, a circulação do dinheiro como dinheiro e como capital etc. Concretizando sua exposição e reconstruindo o todo societário, ele desvela as categorias essenciais dessa sociabilidade e a forma como elas se manifestam na aparência e no cotidiano da vida dos seres humanos.

Ao tratar da categoria valor, que tem por substância o trabalho abstrato, Marx apresenta imediatamente sua primeira peculiaridade: o valor é a forma específica da riqueza nas socie-

dades em que domina o modo de produção capitalista⁹. Assim sendo, a riqueza especificamente capitalista – valor – é riqueza abstrata, trabalho humano abstrato.

Em seguida, Marx mostra que o valor é forma de mediação social, pois esta é uma sociabilidade armada por laços sociais indiretos¹⁰. Dito de outra forma, a sociedade do capital se caracteriza por ter relações sociais indiretas entre os seres humanos e diretas entre as objetivações do trabalho humano – as mercadorias. Como o trabalho determinado por mercadoria (que é específico da sociedade do capital) possui um duplo caráter, sendo ao mesmo tempo trabalho útil, específico, e trabalho abstrato, pode-se concluir que o trabalho é forma de mediação social. Em acordo com Postone (2014), sustentamos que em todas as formações sociais (capitalistas e pré-capitalistas), os diversos trabalhos concretos, úteis, nelas realizados são formas de trabalho em geral¹¹. Não obstante, ainda que em todas essas formações as variadas formas de trabalho tenham em comum o fato de serem trabalho, “no capitalismo o trabalho abstrato não pode ser entendido a partir do truísmo de que ele representa o denominador comum

⁹ “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2017, p. 114). Lembrando que algumas páginas adiante, Marx adverte que no início do capítulo 1, quando ele escrevia, “como quem expressa um lugar-comum” (Ibid., p. 136), que a mercadoria é valor de uso e valor de troca, isto estava errado. A mercadoria é valor de uso e valor, sendo o valor de troca a forma de manifestação do valor, é a relação de troca por meio da qual o valor se manifesta em uma “forma distinta de sua forma natural” (Ibid., p. 136). Dessa maneira, na sociedade do capital, o valor de uso (riqueza concreta, comum a todas as formações sociais) é o suporte material do valor (riqueza abstrata, específica da sociedade do capital).

¹⁰ As formações sociais pré-capitalistas, ao contrário, se caracterizam por laços sociais diretos entre os seres humanos, arrimados em relações parentais, laços sanguíneos, tradição, costume, formas religiosas etc.

¹¹ Sobre trabalho em geral, ver a primeira seção do capítulo 5 do Livro 1 de *O Capital – O Processo de Trabalho*

de todos os trabalhos úteis realizados nessa formação social”. Sob o capital ocorre justamente o inverso, “é a função social do trabalho que o torna geral” (DUAYER; ARAUJO, 2019, p. 19). Em outras palavras, é a função social específica do trabalho determinado por mercadoria – operar como objetivação de laços sociais – o que “determina o aspecto desse trabalho como trabalho abstrato, produtor de valor. A categoria trabalho abstrato, forjada por Marx, é a forma desse processo real de abstração que ocorre diariamente na sociedade do capital (Ibid., p. 19).¹²

Uma vez estabelecida essa peculiaridade (seção 3 do capítulo 1 do Livro I de *O capital – A Forma do Valor ou o Valor de Troca*), Marx apresenta uma terceira peculiaridade do valor: ele é a forma específica de dominação da sociedade capitalista: dominação abstrata (seção 4 do capítulo 1 do Livro I de *O capital – O Fetiche da Mercadoria e seu Segredo*). Em nosso entendimento, essa é a crítica central e mais radical que Marx faz à sociedade organizada pelo valor. Essa peculiaridade surge como corolário necessário do valor como forma de mediação, portanto, da função social específica do trabalho no capitalismo. Marx sublinha que mercadoria é coisa sensível e suprasensível, ou seja, capturada pelos cinco sentidos humanos e, ao mesmo tempo, é uma coisa que escapa aos nossos sentidos. O aspecto sensível da mercadoria é o seu valor de uso, resultado do trabalho concreto, útil. O aspecto suprasensível é o valor, trabalho abstrato, forma de mediação social. A mercadoria é, portanto, o *medium* das relações sociais na sociedade do

¹² “Essa é uma sociedade na qual a produção de mercadoria é generalizada e, portanto, estruturadora da sociabilidade. Sociabilidade em que o trabalho de todos os produtores opera como meio, mediação para a obtenção dos produtos que cada produtor necessita e já não tem acesso por outros meios (relações de parentesco, de dominação pessoal ou direta) que não o próprio trabalho. Por isso, o trabalho abstrato surge e funciona como atividade mediadora. Ele é socialmente geral por se a objetivação da mediação social e, dessa maneira, a própria mediação tem um caráter socialmente geral” (DUAYER; ARAUJO, 2019, p. 19)

capital. Resultado do trabalho determinado por mercadoria, ela é a objetivação desse trabalho, ela é o trabalho realizado – trabalho útil, concreto e trabalho abstrato. O que se manifesta concretamente a todos os sentidos é a naturalidade do valor de uso que, enquanto tal, vela o valor. Portanto, a mercadoria se apresenta como algo transistórico, pois se manifesta como um valor de uso tal como qualquer valor de uso produzido em qualquer época em qualquer formação social. Em suma, o que se objetiva no processo de trabalho determinado por mercadoria não é apenas valor de uso, mas valor.

Na formulação de Postone (2014, p. 187): “(...) *objetivação é de fato alienação [estranhamento] – se o que o trabalho objetiva são as relações sociais*” [Itálicos do autor]. O que significa que o trabalho no capitalismo objetiva a própria relação social, motivo pelo qual ela surge fetichizada, enfeitada sob a forma de mercadorias. Por isso, produzir mercadorias é produzir fetiche – as objetivações do trabalho humano adquirem vida própria dominando o ser humano. O que fica mais evidente quando Marx passa a tratar da circulação do dinheiro como capital na Seção II de *O capital*, e apresenta a fórmula geral do capital na esfera da circulação ($D - M - D'$), explicando que o valor em expansão é o sujeito automático da sociedade do capital, consistindo em uma lógica auto-expansiva, representando um constrangimento lógico que a tudo abarca.

Nas formações pré-capitalistas, de acordo com Marx, relações de dominação se baseavam em relações de dependência pessoal¹³. O capitalismo, ao contrário, se caracteriza por uma independência pessoal no interior de um sistema de dependência *objetual* (da coisa). Tal dependência objetual nada mais é do que as relações sociais que se independentizaram de indivíduos independentes (aparentemente) e a eles se opõem. O que marca o capitalismo é o modo peculiar de existência das relações sociais essenciais. Tais relações não são relações

¹³ Formulação que aparece também em Duayer e Araujo (2019, p. 7).

interpessoais manifestas, mas consistem em estruturas aparentemente independentes que se contrapõem aos indivíduos. Estruturas que se apresentam como esfera de necessidade impessoal e dependência objetual deixam patente que, no capitalismo, se tem um sistema de dominação impessoal abstrata, que não parece social, mas objetual: as pessoas dependem das coisas e não de pessoas. Nos *Grundrisse* Marx destaca a forma peculiar de dominação no capitalismo: as pessoas são dominadas pela produção. A produção social que subsume os indivíduos existe fora deles como destino. Numa evidente indicação da falta de liberdade típica do capitalismo, os indivíduos não subsumem a produção, que não é gerida por eles como seu poder e riqueza em comum. Essa forma de dominação social no capitalismo, ou seja, que os indivíduos estão subordinados à produção ou, o que dá na mesma, são dominados pelo trabalho social, permite concluir que não há como compreender a dominação social no capitalismo como dominação e controle dos muitos e do seu trabalho por poucos. Vale dizer, não é possível explicar a dominação social no capitalismo com base na categoria exploração.

De acordo com Postone, no capitalismo “o trabalho social não é unicamente objeto da dominação e da exploração, mas é o fundamento essencial da dominação” (Ibid., p. 150). Dominação abstrata significa a dominação das pessoas por estruturas sociais aparentemente independentes, abstratas, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria. Com isso é possível afirmar, como faz Postone, que nas obras maduras de Marx tais formas de relações sociais constituem a concretização sócio-histórica consumada do estranhamento como dominação autogerada. E essas formas sociais subentendem uma lógica dinâmica que coage e compele os indivíduos.

Essas formas sociais ainda permitem sugerir que o capitalismo, apesar de ser uma sociedade de classes, não tem a dominação de classe como fundamento último da dominação social.

Na verdade, a própria dominação de classe pressupõe uma forma de dominação superior, abstrata.¹⁴

A quarta peculiaridade do valor é a de ser uma forma auto-mediadora. Valor permite a mediação social entre os seres humanos e constitui as relações de pertencimento dos indivíduos com a comunidade. Além disso, o valor efetiva a repartição e apropriação da riqueza material (valores de uso) produzida pela sociedade do capital, e engendra as estruturas abstratas necessárias para a sua própria auto-reprodução na qualidade de valor em expansão.

O ponto a destacar nesse particular é que, diferentemente das sociedades não capitalistas, na sociedade em que a forma mercadoria é universal não são as relações sociais manifestas que determinam o tipo de acesso dos indivíduos aos bens produzidos¹⁵. É o próprio trabalho – ou seus produtos – que substitui tais relações (visíveis, manifestas, abertas). Consequentemente, o próprio trabalho, por ser uma *mediação social*, substitui assim as relações sociais manifestas. Talvez se possa dizer que aqui reside um dos principais momentos da reinterpretação do pensamento de Marx elaborada por Postone, quando ele destaca que o trabalho determinado pela mercadoria, em lugar de ser mediado por relações sociais “abertas”, “reconhecíveis”, é mediado por estruturas que ele próprio constitui. No mesmo sentido, observa ele, no capitalismo o trabalho e seus produtos medeiam a si mesmos; são socialmente auto-mediados. Pode-se dizer que essa é uma forma de mediação única, que, na estrutura da formulação da teoria marxiana, diferencia de maneira suficiente a forma capitalista de todas as outras formas de vida social, precisamente o que permite caracterizá-las como não capitalistas.

¹⁴ Para uma discussão a esse respeito vide Araujo (2016a, 2016b, 2018a e 2018b).

¹⁵ Esse parágrafo e os três subsequentes foram retirados do artigo Duayer e Araujo (2019, p. 17-18).

No capitalismo é justamente essa a função do trabalho como atividade social mediadora –trabalho abstrato –, distinto do trabalho como atividade teleológica produtora valores de uso, metabolismo do ser social com a natureza – trabalho concreto. Em virtude dessa sua função social historicamente específica, não é possível identificar o trabalho abstrato com um tipo particular de trabalho, nem tampouco com o trabalho concreto em geral. Pode-se dizer, portanto, que no capitalismo o trabalho tem duas funções sociais: como trabalho abstrato consiste em função social particular única do trabalho, exclusiva do capitalismo; como trabalho concreto é função social “normal” como trabalho produtivo. Para esclarecer ainda mais a particularidade do trabalho no capitalismo, Postone (2014) chama atenção para o fato de que o trabalho tem caráter social em todas as formações sociais. E especifica de maneira esclarecedora que nas sociedades não capitalistas as atividades laborativas

“são sociais em virtude da matriz de relações sociais manifestas em que estão incorporadas. A referida matriz é o princípio constitutivo de tais sociedades. Os vários trabalhos ganham seu caráter social por meio dessas relações [...] [e] são impregnados de significado pelas relações sociais que são o seu contexto” (Ibid., p. 176-177).

Se, como mostrou Postone, no capitalismo o próprio trabalho é a mediação social que substitui aquela matriz de relações abertas, pode-se concluir que não são relações sociais manifestas, abertas, que conferem ao trabalho o seu caráter social. Em lugar disso, conforme assinala o autor, o trabalho, na medida em que medeia a si mesmo, “constitui uma estrutura social que substitui o sistema de relações sociais manifestas”, a par de conferir a si mesmo um caráter social. Em síntese, tais considerações permitem afirmar que o “trabalho funda o seu próprio caráter social no capitalismo por ser atividade socialmente mediadora. Nesse sentido, *o trabalho no capitalismo devém seu próprio fundamento social*” (Ibid., p. 177).

Toda mercadoria é particular (valor de uso) e geral (valor, mediação social), como mediação social é meio através do qual seu produtor participa da produção social, ou seja, é a objetivação da relação social indireta. Em suma, como o trabalho determinado por mercadoria e seus produtos (as mercadorias) não são reconhecidos como socialmente válidos por relações sociais diretas, abertas, eles têm que possuir a dualidade de serem comprados por seu valor de uso e de serem vendidos por seu valor. O que exige que o trabalho produtor de mercadorias apresente um duplo caráter: trabalho útil, produtor de valores de uso, e trabalho abstrato, produtor de valor.

Contrapondo a interpretação de Postone defendida aqui à forma como Harvey e seu crítico, Roberts, tratam o valor, constata-se facilmente que ambos operam no interior do que Postone denomina marxismo tradicional. Marxismo que compreende o valor como uma categoria precipuamente voltada para a distribuição do que foi produzido e vê na exploração do trabalhador a crítica principal de Marx à lógica do capital. De modo que ambos realizam uma crítica do capital do ponto de vista do trabalho. Todavia, é inegável que Postone tem razão ao afirmar que a crítica de Marx, dada a centralidade do trabalho determinado por mercadoria na sociedade do capital e em que consiste a categoria valor, só pode ser entendida como crítica a esse trabalho. Em outros termos, é crítica ao trabalho no capitalismo. E não crítica do ponto de vista do trabalho. O que repõe questões fundamentais para o marxismo, dentre as quais destacamos a busca pelo sujeito revolucionário.

Os comentários críticos ao debate entre Harvey e Roberts deixaram patente que os autores, além de se movimentarem no interior do chamado marxismo tradicional, disputam teoricamente a questão do sujeito revolucionário. Roberts expressa a ortodoxia tradicional que tem na luta de classes a chave explicativa da dinâmica societária do capital e, por consequência, tem no proletário (trabalhador assalariado, explorado ou outro sucedâneo) o sujeito da emancipação social. Harvey, por sua

vez, reafirma a luta de classes como central na dinâmica, entretanto procura incorporar contradições que surgem na realização do valor no âmbito da circulação. O que o leva a apontar para a importância de outros movimentos sociais para além das lutas econômicas da classe trabalhadora.

Tomando por referência o Livro I de *O capital*, entendemos que há um sujeito que põe toda a dinâmica da sociedade em que domina o modo de produção capitalista. Esse é o sujeito automático, a substância em processo, o capital. Um sujeito que modifica permanentemente as formas de produzir, os níveis de produtividade e a própria determinação quantitativa do tempo de trabalho socialmente necessário e, na sequência, reconstitui as condições para a continuidade de seu processo lógico auto-expansivo. Por meio desse mecanismo infernal, incontrolado, as formas de organização da vida cotidiana, os laços pessoais, as tradições, costumes etc. são permanentemente transformadas e reconstituídas de modo a garantir a reproduzibilidade do valor em expansão. Em suma, o capital é o sujeito que tudo muda para que tudo permaneça como está. A humanidade, constrangida por tal lógica abstrata, tem permanentemente interditas as possibilidades de realização do *dynamei* de humanização do ser humano.

É compreensível que a lógica do capital instaure as lutas de classes do cotidiano que, em sua própria lógica, tratam da luta do trabalhador em defesa do valor da sua mercadoria, vale dizer, a luta pela venda pelo melhor preço e condições possíveis da mercadoria força de trabalho. Lutas essas que, todavia, não instauram por si mesmas uma práxis emancipadora do valor. Ao contrário, as vitórias dos trabalhadores nessas lutas operam com frequência como estímulos para o aperfeiçoamento das formas de produção e extração de valor e mais-valor, sendo, portanto, funcionais à lógica do capital. Enfim, a lógica do valor em expansão não produz necessariamente uma classe social que seja portadora dos desígnios da emancipação humana da dominação abstrata.

Entretanto, no capítulo 23 do Livro I de *O capital*, Marx explica que a tendência geral da acumulação capitalista é a produção de uma massa de desempregados (exército industrial de reserva) que constitui parte do proletariado (trabalhador que valoriza valor para o capitalista e que é despedido assim que se torna supérfluo para a valorização do valor¹⁶). E por fim (capítulo 24) afirma que a superação do capitalismo (e de sua forma de propriedade privada) é uma tarefa que envolve a “expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (Marx, 2017, p. 833). Ao final dessa citação, Marx apresenta uma nota de rodapé que remete o leitor ao *Manifesto do Partido Comunista*. Nele a massa do povo é o proletariado. Aqui cabem algumas observações: (1) quando da escrita do *Manifesto*, Marx ainda não havia desenvolvido sua teoria do valor. Portanto, lhe era impossível precisar adequadamente como o valor tem prioridade ontológica na explicação das classes. (2) Por isso, no *Manifesto*, o proletário é o pobre, o explorado, o miserável etc. (3) Como a tendência da lei geral da acumulação do capital é a produção crescente de desempregados, é lícito indagar o que ocorre quando um trabalhador produtivo (proletário) permanece em alqueive por vários anos consecutivos, perdendo os laços associativos com os trabalhadores em atividade, desatualizando-se quanto às técnicas de produção empregadas, perdendo, em suma, o horizonte da solidariedade humana? Ainda é possível identificar um *dynamei* de ser produtivo nessas condições ou essa potencialidade está perdida? Com Lukács (2013, p. 67-68) entendemos que não. E é exatamente por esse motivo que Marx termina o parágrafo dizendo que a tarefa da expropriação é da massa do povo e não da classe social – o proletariado.

Em conclusão: o capital é o sujeito da sociedade capitalista; em sua lógica auto-expansiva põe as classes sociais como funcionais e necessárias à sua reprodução ampliada. Desse modo, a emancipação humana é tarefa não de uma classe

¹⁶A esse respeito ver Marx (2017, p. 690-691, n. 70).

portadora da miséria universal. Mas da massa do povo, pois ela é o produto da expansão do valor e da economia de tempo de trabalho, que é o acicate do valor e que produz o aumento da composição orgânica do capital e, com a quarta revolução tecnológica, acelera a tendência ao desemprego estrutural em massa e permanente de parte crescente da população que vive do trabalho.

Por fim, tal quadro exige dos marxistas as articulações necessárias entre lutas de classe do cotidiano e lutas de classe emancipatórias, articulando as lutas dos trabalhadores, sindicais com os novos movimentos sociais. Porém, lutas que não se circunscrevam às questões distributivas, que são naturalmente imprescindíveis, mas que sejam lutadas tendo como horizonte a superação da dominação abstrata do produto do trabalho sobre os produtores.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Paulo Henrique F. Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018a.

_____. As categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de *O capital*. In. *XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói, Anais do XXII ENEP*. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2018b.

_____. David Harvey: Mercadoria, Capital, Capital de Empréstimo e Capital Fictício – Notas Críticas. *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2018c.

_____. Marx: Capital, Estado e política: notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016a.

_____. Notas Críticas ao artigo Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’*O capital*, por Bidet. *Revista Verinotio*, v. 22, p. 120-151, 2016b.

_____. Mandel e as Crises Econômicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 39, p. 56-68, 2014.

_____. Comentários sobre Algumas Teorias de Ondas Longas. *Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas*, v. 23, p. 169-182, 2001.

DUAYER, Mario; ARAUJO, Paulo Henrique F. Valor como Forma de Mediação Social: Interpretação de Marx a partir de Postone. In: *Anais XXIV Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, 2019.

DUAYER, Mário. Mercadoria e Trabalho Estranhado: Marx e a Crítica do Trabalho no Capitalismo, *Margem Esquerda*, 17, pp. 88-99, 2011.

_____. Marx, Verdade e Discurso. *Perspectiva*, v.19, n.1, p.15-39, jan./jun. 2001.

HARVEY, David. *Para Entender o Capital: Livros II e III*, São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *A Companion to Marx’s Capital*. New York: Verso,

2010.

_____. A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho. *Outubro*, n. 34, 2020.

_____. As incompreensões de Michael Roberts. *Outubro*, n. 34, 2020.

LUKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social I*, São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

POSTONE, Moshe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROBERTS, Michael. A incompreensão de David Harvey sobre a teoria do valor de Marx. *Outubro*, n. 34, 2020.